

## II. DELIBERAÇÕES

### CÂMARA

#### 1. APROVAÇÃO DA ATA Nº 29/2023.

**XIII MANDATO**

**ATA N.º 29/2023**

**Reunião ordinária pública de 09 de janeiro de 2023**

Ao nono dia do mês de janeiro de dois mil e vinte e três, pelas nove horas e trinta minutos, no Auditório da Pousada da Juventude, Rua de Santa Margarida, Braga, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) e os **Vereadores, Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes Macedo** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS), e **Bárbara Seco de Barros** (CDU). Faltou o Vereador **Hugo Alexandre Polido Pires** (PS), substituído por **Maria Helena Fernandes Teixeira** (PS). -----

Secretariou: Glória Fernandes Pereira, Assistente Técnica, a exercer funções na Unidade Administrativa de Apoio aos Órgãos Autárquicos, em substituição de Liliana Cristina Silva Veiga, Diretora de Departamento de Apoio ao Cidadão e Órgãos Autárquicos. Pelas nove horas e trinta minutos, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

Para **conhecimento e informação** foi presente o **resumo da tesouraria** referente ao dia três de janeiro de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**1. APROVAÇÃO DA ATA Nº 28 NOS TERMOS DO ARTIGO 57º DO ANEXO I DA LEI 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO:** Foi dispensada a leitura da ata, conforme deliberação tomada em reunião de dezoito de outubro de dois mil e vinte e um, respetivamente: **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**2. EMISSÃO DE PARECER – REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO DAS FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS ESTE (S. PEDRO E S. MAMEDE).** Presente a seguinte proposta: “Submete-se a apreciação do Executivo Municipal o pedido efetuado pela Exma. Presidente da Assembleia Municipal de Braga, para efeitos de emissão de parecer, não vinculativo, da Câmara Municipal – Lei nº 39/2021, de 24 de junho, que define o Regime Jurídico de Criação, Modificação e extinção de Freguesias e revoga a Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procede à Reorganização Administrativa do Território das Freguesias relativo à pretensão da desagregação da União das Freguesias de Este (S. Pedro e S. Mamede) e a propósito da qual foi emitida informação pelo Departamento Jurídico desta Câmara Municipal, que se anexa”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE E REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**3. EMISSÃO DE PARECER – REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO DAS FREGUESIAS - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ARENTIM E CUNHA.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se a apreciação do Executivo Municipal o pedido efetuado pela Exma. Presidente da Assembleia Municipal de Braga, para efeitos de emissão de parecer, não vinculativo, da Câmara Municipal – Lei nº 39/2021, de 24 de junho, que define o Regime Jurídico de Criação, Modificação e extinção de Freguesias e revoga a Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procede à Reorganização Administrativa do Território das Freguesias relativo à pretensão da desagregação da União das Freguesias de Arentim e Cunha e a propósito da qual foi emitida informação pelo Departamento Jurídico desta Câmara Municipal, que se anexa”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE E REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**4. EMISSÃO DE PARECER – REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO DAS FREGUESIAS - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILAÇA E FRADELOS.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se a apreciação do Executivo Municipal o pedido efetuado pela Exma. Presidente da Assembleia Municipal de Braga, para efeitos de emissão de parecer, não vinculativo, da Câmara Municipal – Lei nº 39/2021, de 24 de junho, que define o Regime Jurídico de Criação, Modificação e extinção de Freguesias e revoga a Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procede à Reorganização Administrativa do Território das Freguesias relativo à pretensão da desagregação da União das Freguesias de Vilaça e Fradelos e a propósito da qual foi emitida informação pelo Departamento Jurídico desta Câmara Municipal, que se anexa”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE E REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**5. EMPREITADA: ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DE CONTRATO “CONCURSO PÚBLICO Nº CPE.01.23. DMOSM – RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA CONFIANÇA”.**

Presente as seguintes propostas: **a)** Submete-se à consideração de Executivo Municipal, a proposta de abertura de procedimento de formação de contrato: Concurso Público n.º **CPE.01.23. DMOSM \_RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA CONFIANÇA** incluindo aprovação das respetivas peças de procedimento (Caderno de Encargos, Programa de Concurso e Programa Preliminar), conforme documentos constantes no processo. **b)** Remete-se ainda para aprovação a minuta de contrato relativo ao Protocolo a estabelecer com os proprietários da marca “CONFIANÇA”, através do qual será possível criar um espaço de memória expositiva com o espólio ainda existente, conforme documentos constantes no processo”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, DOS VEREADORES DO PS, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA E COM A ABSTENÇÃO DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS na alínea a). -----**

**6. REGULAMENTO DO PROGRAMA BRAGA SOLIDÁRIA - PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se a proposta de abertura de procedimento do Projeto de Regulamento do Programa Braga Solidária, de acordo com as alíneas c), h), i) e k) do n.º 2 do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e no uso das competências expressamente referidas na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei n.º 75/2013, conforme documentos constantes no processo”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, DOS VEREADORES DO PS, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA E COM A ABSTENÇÃO DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS. -----**

**7. OUTRAS ISENÇÕES/REDUÇÕES/TAXAS.** Presente as seguintes propostas: “Do Departamento Financeiro - Divisão de Controlo da Receita, submetendo à consideração do Executivo Municipal, os pedidos de isenção de taxas, nos termos do Código Regulamentar do Município de Braga, ao abrigo: **a)** Dos n.ºs. 1 e 2 do artigo H-1/16º e artigo H-1/17º, mapa em anexo; **b)** Do n.º. 4 do

artigo H-1/16º, mapa em anexo – **Retirado da ordem de trabalhos a informação nº 85460 para melhor instrução do pedido**; c) Dos nºs. 1 e 2 do artigo H-1/16º e artigo H-1/17º - Proposta de indeferimento, mapa em anexo”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE E REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA CONHECIMENTO.** -----

**8. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A ENTIDADES | BRAGASOL.** Presente as seguintes propostas: “Da **Vereadora com a área da responsabilidade da Inovação e Coesão Social, Carla Sepúlveda**, submetendo à consideração do Executivo Municipal, a aprovação de apoios financeiros para pagamento de encargos de ligação à rede pública de água nos termos do disposto na alínea v) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea a) do nº 2 do artigo 12º do Regulamento do Projeto Bragasol, dos seguintes imóveis: **a)** freguesia de Cunha na UF Arentim e Cunha, neste concelho, no valor de 475,00€, acrescido de IVA à taxa de 23%, em que é requerente ; **b)** freguesia de Cunha na UF Arentim e Cunha, neste concelho, no valor de 475,00€, acrescido de IVA à taxa de 23%, em que é requerente ”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**9. APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE A PRESENTE ATA EM MINUTA NOS TERMOS DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO CINQUENTA E SETE ANEXO I DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO, PARA SURTIR EFEITOS IMEDIATOS.** -----

-----**OUTROS ASSUNTOS**-----

---- Antes de ser dada a abertura a outros assuntos, o **PRESIDENTE DA CÂMARA**, iniciou com um voto de saudação pela designação ao arquiteto Hugo Pires para o cargo de Secretário de Estado do Ambiente, e “estamos satisfeitos quando vemos bracarenses em cargos de responsabilidade política e achamos que isso pode ser um bom contributo para a solução de alguns dos problemas que temos na temática sobre gestão que agora lhe vai ser colocado aqui também”. Sendo unanime entre todos o referido voto de saudação. -----

---- Foi dada a palavra ao **Vereador do PS, Artur Feio**, que dispôs duas notas, sendo a **primeira** de preocupação, relativamente às intervenções no mercado do Carandá se existe já alguma previsão da data da intervenção, “pois continuam as queixas, os problemas, e o inverno tem sido exigente e tem massacrado”. Segundo o **Presidente da Câmara**, “está a ser desenvolvido o projeto e a curto prazo, “pelo menos aquela primeira parte de intervenção que tinha sido articulada com a Arte Total”. Relativamente ao acordo quadro o **Presidente da Câmara**, informou que o anterior cessou. “Os

Senhores Vereadores, do Partido Socialista, trouxeram uma determinação do Tribunal de Contas a dizer que poderia ter sido sujeito a concurso público internacional, portanto, nós imediatamente suspendemos esse mesmo acordo quadro até ao final do seu prazo de vigência. “Estamos agora para conceber um novo concurso para ocorrer este tipo de situações. O problema é que nós temos tido dias instáveis (situação climática) e, não tem havido condições, até do ponto de vista financeiro, muito fáceis para poder acorrer de uma forma estruturada este tipo de situações”. A **segunda nota** prendeu-se com a recente intervenção nas redes sociais, feita pelo Presidente, sobre o estado das vias de circulação que já originou umas “largas centenas” de veículos danificados, assim “gostaria de perceber quais as soluções efetivas para a resolução do problema” por parte de Município. Ao que o **Presidente da Câmara**, reconhece que a intensidade das chuvas “acelerou muito” o processo de degradação das faixas de rodagem. “Além de acelerar a degradação das vias, a chuva também prejudica o processo de reparação, e quando não chove as equipas do Município, não tendo mãos a medir, estão no terreno para tapar os buracos que tem vindo a aparecer nas estradas, regressando a chuva, esse trabalho tem de ser suspenso”. -----

---- Pelo **Vereador do PS, Adolfo Macedo**, foi questionado, referindo um exemplo concreto, a situação do parque infantil, “parque do Feijó” que “desapareceu, ficando apenas a estrutura”, pondo assim em causa a segurança da população, bem como o que será feito a todos os parques infantis que foram “desmantelados”. O **Presidente da Câmara**, informou que “tivemos uma vaga remoção de parques infantis” devido a intervenção da ASAE, após queixas de munícipes. “A todos os presidentes de Junta foi sugerido parecer quanto ao estado dos parques infantis da sua área, neste sentido “aqueles que vão continuar em funcionamento serão reabilitados, nos outros casos, serão desativados futuramente” e as “juntas serão escutadas de forma a indicarem usos alternativos, como espaço público ou de lazer, entre outros fins”. -----

---- A questão levada pela **Vereadora da CDU, Bárbara Barros**, prendeu-se com uma recente notícia sobre uma parceria público privada e a construção de apartamentos na central de camionagem na sua requalificação, assim, questionou que “projeto é este, pois não tínhamos conhecimento”. Tinha conhecimento da possibilidade de existir mais um terminal, que seria “junto da estação de caminhos de ferro” e “sempre entendi que a requalificação seria no âmbito de melhoria das condições”, mas desconhecia que seria para construção de habitação na central de camionagem”, manifestou-se a Vereadora da CDU, contra esta opção do Município, apesar de reconhecer que a central de camionagem precisa de ser requalificada com urgência e “também compreendemos a necessidade de construir habitação, mas não pode ser a qualquer custo. Não sabemos em altura e em volumetria o que

é que vai ali surgir". O **Presidente da Câmara**, explicou que é necessário garantir condições para manter a central de camionagem em funcionamento pleno, isto porque não há previsão para a construção da estação intermodal. "Um dos nossos projetos é a construção da estação intermodal, que estava previsto ser instalada junto da estação de caminho de ferro. Tendo em conta que vamos ter uma nova estação ferroviária, vamos ter de aguardar para clarificar as opções do Governo. Assim, esta central de camionagem ganha outra pertinência e tem de ser reestruturada. Temos vindo a fazer melhorias, mas é necessária uma intervenção mais profunda". "É para responder a essa intervenção profunda e responder a outra necessidade da cidade, que nós estamos a estudar a possibilidade de criar uma solução que permita a construção em altura por cima da central", explicando que o modelo já é seguido noutras cidades, nomeadamente no Porto, onde existem escritórios ou habitação no nível superior. "Não se trata de uma parceria público-privada, mas sim de uma concessão de espaço", explicou o Presidente da Câmara, confirmando que o assunto está a ser ponderado e "o modelo previsto é a central de camionagem na zona de baixo e a construção de habitação na zona superior. O empreiteiro pagará toda a obra, ficando obviamente o espaço da central nas mãos do município", em troca do financiamento da obra, "o privado que assumir a requalificação da central de camionagem de Braga, atualmente designada por Centro Coordenador de Transportes, vai ganhar o direito de construir apartamentos por cima daquele equipamento. É esta a ideia que está a ser estudada pelo Município e que deverá ser aplicada igualmente para reabilitar o antigo quartel dos Bombeiros Sapadores de Braga, e a revisão do PDM enquadrando a possibilidade de avançar com estes projetos". -----

-----**INTERVENÇÃO AO PÚBLICO**-----

----- Não havendo inscrições prévias para intervenção do público e nada mais a tratar o **PRESIDENTE DA CÂMARA**, deu por terminada a reunião. -----

**ENCERRAMENTO:** Às 11h e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Glória Fernandes Pereira, Assistente Técnica, a exercer funções na Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. -----